

## **UM OLHAR SOB O OS INVISÍVEIS: COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND PERUS – CBCPP – PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Patricia Barbosa Monteiro (IC) – Volia Regina C. Kato (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackenzie

### **RESUMO**

A Indústria Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) é o objeto deste estudo, situada na capital paulista mais precisamente no bairro de Perus, ela é parte integrante do patrimônio municipal desde 1992 e destaca-se por sua monumentalidade e subutilização. A idealização da Fábrica como patrimônio histórico desperta para o campo que corresponde ao patrimônio da industrialização, grandes áreas que resistem na cidade como espaços ociosos por longos períodos. Em contrapartida, a população local muitas vezes trata de sinalizar caminhos para utilização destes espaços. Neste sentido, este trabalho busca analisar através de contribuições da sociologia da vida cotidiana, os caminhos que a população indica através das diversas apropriações pelo bairro e as relações que foram estabelecidas com a fábrica ao longo de todo o período, a partir de sua implantação até os dias atuais. Observa-se, portanto, a atualidade da relação entre patrimônio material, imaterial e a efetivação do direito a cidade, na busca por especificar demandas que concordem com a transformação do patrimônio aqui colocado.

**PALAVRAS CHAVE:** Patrimônio Histórico, Identidades culturais; Coletivos urbanos.

### **ABSTRACT**

The Brazilian Industry Portland Cement Perus (CBCPP) is the object of this study, located in the paulista capital more precisely in the district of Perus, it is an integral part of the municipal heritage since 1992 and stands out for its monumentality and underutilization. The idealization of the factory as heritage, awakens the field corresponding to the equity of industrialization, large areas that resist the city as empty spaces for long periods. However, the local population is often comes to signal paths to use these spaces. In this sense this work is to analyze, through contributions of the sociology of everyday life, the ways that the population indicate, through the various appropriations in the neighbourhood and the relationships that were established with the factory throughout the period, from its establishment to the present day. It is observed, therefore, the relevance of the relationship between material heritage, immaterial and the realization of the right to the city, in the search to specify demands to agree to the transformation of the heritage here placed.

**KEYWORDS:** Historical Heritage; Cultural identities; Collectives urban.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho foi motivado pelo desejo de estudar o local de vivências pessoais desde meados de 1996. A partir da observação diária percebeu-se a confluência de uma série de fatores tais como: o patrimônio em deterioração, a multiplicidade de coletivos que reivindicavam o patrimônio e o dinamismo da vida no bairro. Esta pesquisa desenvolveu-se paralelamente ao Trabalho Final de Graduação e contribuiu para que o mesmo fosse embasado com maior consistência.

A proposta consistiu em colocar a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) como elemento articulador perante os fatores supracitados, o objetivo era identificar e compreender os processos localizados de [re]apropriação do patrimônio urbano edificado e os processos de apropriação do espaço urbano, para então considerar potenciais de usos que se adequem as necessidades sinalizadas pela população em seus hábitos costumeiros.

A abordagem que aqui nos interessa é o desdobramento do elemento em questão com relação ao meio em que se insere, trata-se de evidenciar o patrimônio com um fato social Meneses (2009). Desta forma problematizou-se a Fábrica e suas relações indenitárias: quais são os diferentes grupos de mobilização com relação ao patrimônio, quais as dinâmicas e as demandas locais. São postas as práticas decorrentes ao bem cultural, desde seu funcionamento como elemento fabril, até o encerramento de suas atividades industriais, início das reivindicações de apropriação até os dias atuais.

Como afirma Varine (2012) o patrimônio é um recurso local que tem um passado um presente e um futuro é essencial para o desenvolvimento local, que por sua vez só terá eficiência quando da “participação efetiva ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio”.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

Esta parte consistiu em, realizar revisões bibliográficas que trouxessem embasamento teórico para o trabalho, tanto em relação às questões que circundam o patrimônio histórico edificado quanto às dinâmicas sócioespaciais do entorno urbano e o sentido das reivindicações sociais. Para tal foram utilizados obras e autores que versam distintamente sobre patrimônio e desenvolvimento urbano, tais como David Harvey, Vera Telles, Ulpiano Berreza de Meneses e Hugues de Varine.

Harvey (2014) em *Cidades Rebeldes* expõe como as cidades foram ao longo do tempo fruto de um processo de reestruturação regido pelo capital e seus desdobramentos: a industrialização, absorção do excedente da produção e a criação de perfis de trabalhadores são alguns exemplos, que afetam o desenvolvimento urbano e os modos de vida. Pode-se

dizer que as cidades deixaram de ser pensadas enquanto espaço de vida na escala do pedestre. Entretanto, o que o autor destaca é que este processo vem sofrendo mudanças nos últimos anos, sobretudo, com a retomada de movimentos ocupando os espaços públicos para reivindicar mudanças sociais e políticas.

Neste ponto Harvey retoma o conceito de Direito a Cidade de Henri Lefebvre, como sendo algo que surgiu das ruas e bairros doentes, é um direito coletivo aos recursos da cidade “é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, p.28). A partir desta compreensão, analisa-se ao longo do trabalho como se deu a criação e desenrolar de um bairro como consequência de um processo industrial, até as reivindicações sociais em torno da “reutilização” do antigo equipamento industrial, tais reivindicações são vistas como um poder configurador sobre o processo de urbanização.

Telles (2011) e Feltran (2011) discorrem sobre os impactos das transformações contemporâneas no “mundo do trabalho” e os novos modos mundiais de gerir os processos econômicos e industriais nas áreas periféricas da capital paulista, trazem contribuições importantes para se entender as condições atuais de Perus, numa trajetória histórica que coloca o antigo trabalhador industrial e seus projetos familiares em outros patamares. A precarização do trabalho é o principal ponto de análise, ao passo em que mostra como as famílias transitaram do emprego de operário assalariado no início da industrialização ao emprego incerto quando da “reestruturação produtiva”, abrindo espaço para atividades informais e ou ilícitas.

Por outro lado temos Meneses (2009) e Varine (2012), versam sobre a relação patrimônio e comunidade local. O primeiro autor enfatiza o patrimônio como um elemento significativo na vida da comunidade detentora de tal bem e que estes valores devem ser constatados pelo poder público.

“falar de bens culturais não é falar de [...] significados próprios da coisa [...] mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados [...] seus valores”. (MENESES,2009, p.32).

Varine (2012) por sua vez, reitera as ideias do autor anterior e acrescenta que, o patrimônio é um recurso importante para o desenvolvimento da comunidade local e sua gestão deve ser o mais próximo possível desta, de forma a não separa-lo da vida. O autor conclui que na busca pelo desenvolvimento, o patrimônio não pode negar suas origens e igualmente não pode se transformar sem nada criar de novo. Temos assim uma relação direta entre o direito a cidade, encontrando sua possibilidade de efetivação também no bem cultural, onde são reafirmados seus valores e símbolos ao passo em que possibilitam novas práticas.

## **MÉTODO**

O enfoque metodológico estabelece alguns recortes históricos e atuais da realidade do bairro, priorizando a identificação das formas de sociabilidades nas manifestações de cultura e lazer relacionadas com o cotidiano da população e as espacialidades do bairro onde estas atividades ocorrem. Este olhar metodológico permite reconhecer as microdinâmicas sociais, a configuração dos movimentos coletivos e suas reivindicações específicas em relação aos potenciais de uso do objeto em questão.

Definiram-se, dois níveis de análise:

- a. A leitura do território\_urbano, identificando: espaços públicos, ponto de encontro, de atividades culturais e de lazer; equipamentos institucionais e, ou privados que servem de suporte a estas atividades; projetos urbanos previstos para o bairro e outras definições urbanísticas contidas no Plano Diretor;
- b. Aproximação de escuta com as lideranças locais em torno de propostas para a [re]apropriação do imóvel tombado, suas ações e percepções das relações simbólicas de identidade da fabrica tombada e o bairro, baseadas nas vivências cotidianas.

Os procedimentos metodológicos priorizaram os seguintes levantamentos de dados, que combinaram de forma articulada, a busca de informações e sua interpretação:

1. Pesquisa histórica: dados históricos sobre a Fábrica, estruturação urbana, levantamentos cartográficos e iconográficos.
2. Leitura do território: levantamento de campo, estrutura urbana atual, instrumentos urbanísticos para área.
3. Aproximação empírica: observações in loco, conversas informais com lideranças.

Pode-se afirmar, assim, que a pesquisa possui um caráter teórico e empírico buscando compreender as características urbanas e sociais atuais a partir das trajetórias históricas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O BAIRRO DE PERUS E A EXPLORAÇÃO DOS MINÉRIOS**

#### **Desenvolvimento do Bairro**

Perus tornou-se de maior conhecimento da população após a inauguração da estação de Trem, inicialmente chamada de “Os Perus”, da então São Paulo Railwail (atual linha sete Rubi da CPTM), inaugurada em 1867 com a pretensão de ser apenas um ponto de parada para reabastecer a água das locomotivas da SPR que seguiriam viagem para Jundiáí.

A composição da região naquela época era basicamente de alguns produtores agrícolas, seu desenvolvimento se deu na medida em que São Paulo foi avançando rumo ao interior do estado. O bairro possuía um cenário vantajoso para os empreendedores que ali se alojaram com a intenção de gerar receitas: o solo era rico em minério e área habitada representava uma pequena

parcela diante da imensidão ainda por ser explorada, além da proximidade com a ferrovia e uma boa oferta de recursos naturais (SIQUEIRA, 2001).

### **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP**

A Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus foi idealizada em 1915 pelo Dr. Sylvio de Campos e pelo engenheiro Dr. Walter Charnley, teve o impulso necessário em 1923 por meio de um grupo de canadenses, sobretudo os senhores Drysdale e Pease, ambos de Montreal que solicitaram a vinda de um especialista em cimento ao Brasil para analisar depósitos de calcário encontrados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As análises concluíram que a matéria-prima encontrada em Perus era a que mais reunia vantagens do ponto de vista da qualidade e quantidade além do fator localização. Em 1924 criou-se a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A., sociedade mista entre os brasileiros e canadenses. Inaugurada em 1926, a Fábrica representava o avanço da indústria no país, com suas máquinas de alta tecnologia. Foi considerada a primeira do ramo no Brasil, pois produzia com regularidade e em larga escala.

A necessidade de cimento do tipo Portland na década de 30, era praticamente suprida pela produção nacional, a CBCPP fornecia quase todo o cimento utilizado nas construções de grande porte da cidade, tais como o Viaduto do Chá, o túnel e viadutos na Av. Nove de Julho e a Biblioteca Mario de Andrade, para destacar algumas. (SÃO PAULO, 1992).

### **A Fábrica, os Trabalhadores e a Moradia**

A Companhia instalou-se nos arredores da estação de trem de Perus e requeria mão de obra especializada para operações mais específicas. A Fábrica oferecia um conjunto de “benefícios” para os que trabalhavam em sua fábrica. Tais como: Moradia dotada de água, esgoto e energia elétrica (esta só chegou para o bairro como um todo no ano de 1953), isso a um preço simbólico, descontado na folha de pagamento. (SÃO PAULO, 1992).

Desta forma foram erguidas as primeiras vilas operárias, a poucos metros, nas imediações da Fábrica: a Vila Triângulo, Vila Portland, Vila Fábrica o alojamento dos solteiros e as casas da Administração. Os moradores da vila Portland eram aqueles que tinham maior grau de qualificação técnica e os que possuíam cargos de chefia, enquanto que a Vila Triângulo era ocupada pelos operários, no centro da vila havia uma capela.

Porém as vilas operárias não dispunham de casas para todos os trabalhadores e suas famílias, com o passar do tempo às fazendas do bairro começaram a ser loteadas e vilas foram surgindo fora do perímetro da fábrica, migrantes e imigrantes desembarcavam em Perus na

busca por emprego e moradia barata, assim surgiram às primeiras vilas, destacando-se a Vila Operaria, Vila Hungaresa e a Vila Portland.

## **O Trabalho**

De acordo com relatos do Tombamento, operários contam que na fábrica trabalhava-se até doze horas por dia, sem receber qualquer tipo de adicional no salário. Com a consolidação das leis trabalhistas na década de 1940 a jornada de trabalho foi alterada, foram estabelecidos três turnos de oito horas, de maneira que a produção não fosse interrompida.

Existia ainda uma alternância entre os funcionários e suas funções, a grande maioria dos operários tinha conhecimento não apenas de suas atividades, mas também de outros processos, com o tempo os trabalhadores dominavam as etapas de produção do cimento e aprendiam a manejar os equipamentos.

O trabalho demandava de acordo com a função: força bruta e ou habilidade para ensacar o cimento e organizar os carregamentos, por exemplo, ou qualificação para operar e consertar o maquinário e maior nível de atenção no caso dos fornos. Entretanto, a concentração era um dos requisitos principais visto que a maioria das atividades era de risco. Todo processo era controlado pelos encarregados, infrações como atrasos, indisciplinas e embriaguez, recebiam suspensões de maneira que a primeira equivalia a três dias na segunda seriam oito dias, até o limite de trinta dias, seguidos de demissão.

## **A Vida Social**

A vivência entre os trabalhadores na fábrica se dava em pequenos momentos, como na pausa para o almoço, era uma oportunidade para o descanso e trocas entre os operários, a maioria aguardava nas proximidades da fábrica o almoço que seria levado pelos filhos ou esposas. Na lembrança dos primeiros moradores do bairro permanecem vivos os momentos vividos na Vila Triângulo,

“(...) naquele tempo era bom, era como se fosse uma família só, muito unidos, a gente vivia muito bem lá.” D.Sílvia Cruz. (SÃO PAULO, 1992, p.110).

“A vida era muito melhor [...] tinha liberdade, porta aberta, roupa no varal á noite, horta sem ninguém pegar.” D. Zenaide (SÃO PAULO, 1992, p.112).

Se na fábrica o trabalho era intenso e às vezes perigoso, fora dela a vida era bem mais leve e divertida, as famílias se divertiam por meio de atividades do Clube Esportivo Portland, do Cinema e do Salão da fábrica o Caramanchão. Alguns moradores lembram:

“(...) depois vinha o baile de sábado de aleluia, o dia 13 de maio era um espetáculo! (...)às festas juninas, em julho era o aniversário do clube, faziam em setembro o baile de primavera, depois vinha o baile da passagem de ano.”

havia um campo de futebol maravilhoso que era um lazer pro pessoal, tanto para as mulheres que vinham assistir quanto para os homens que vinham se distrair. Tínhamos o cinema (...). Depois foi decaindo, decaindo..." D. Zenaide (SÃO PAULO, 1992, p.112).

### **A Mudança de Gestão e os Anos de Greve. Surgem os Queixadas**

"- Vocês parecem Queixadas

Alguém aparteou:

- Que é queixada?

- É o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo- daí o nome queixada-, enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado. Vocês estão dando um exemplo de unidade, semelhante ao queixada. 'Queixada' que enfrenta o tubarão" (JESUS, 1992, p. 82).

O dialogo acima faz alusão ao termo Queixadas, nome atribuído ao grupo de operários devido a sua forma de articulação nas reivindicações trabalhistas na fábrica de cimento, surgiu em uma das assembleias realizadas no sindicato dos trabalhadores.

Tamanha união seria necessária no decorrer dos próximos anos, ocorre que a fábrica enfrentaria sua a ascensão e queda entre as décadas de 1950 a 1980. Em 1951 José João Abdalla, Secretário do Trabalho no governo de Ademar de Barros, adquire a fábrica de cimento a Ferrovia Perus Pirapora e as pedreiras da Socal em Cajamar. (SIQUEIRA, 2001)

Suas intenções logo se tornaram claras, a maximização dos lucros, para tanto J.J. Abdalla adotou medidas que incluíam: não reposição de peças e conseqüente falta de manutenção nas máquinas, retirada de equipamentos que filtravam parte da poluição e a demissão de operários. Contudo, a capacidade da Fábrica foi por volta de 300.000t em 1954, a ampliação da produção era um projeto da administração canadense, concluído na gestão seguinte.

No entanto entre 1968 e 1975 a produção retrocedeu ao patamar de 1950. Surgiam os primeiros impactos da má administração Abdalla teve de enfrentar além das baixas constantes na produção, as várias greves em decorrência de sua administração e trato com os funcionários, tais acontecimentos abriram caminho para formação sindical em Perus em meados de 1954. (SIQUEIRA, 2001)

Em 1958 eclodiu a primeira greve, em decorrência do dissídio salarial, a partir de então a Fábrica em Perus se tornaria cenário de longos embates trabalhistas. O período de 1959 ao início de 1962 foi marcado por reivindicações como: salário família, prêmio produção e o fundo da casa própria (descontado na folha de pagamento), além da participação do sindicato na admissão ou demissão de funcionários.

Em 1962 o descontentamento era tamanho, os benefícios reivindicados em 1959 não estavam sendo concedidos e os salários estavam atrasados, sem acordo com a

Administração da indústria os operários decidem pela greve, inicia-se a greve dos sete anos que terminara em 1969 quando a justiça julgou processo favorável aos trabalhadores estáveis. (JESUS, 1992).

Com o fim da greve em 1969 e a vitória parcial nos tribunais, os operários se empenharam em alcançar a conquista da autogestão da Indústria. Para tanto deram prosseguimento em 501 processos, denunciando atos fraudulentos e corruptos na CBCPP contra o Estado e os operários. Em 1973 a justiça do trabalho ordenou a penhora da produção como garantia para os salários atrasados. No mesmo ano a Presidência da República confisca a fábrica e decreta falência. (São Paulo, 1992).

Em 1974 o governo de Geisel efetivou o confisco e a União pagou pouco mais de dezoito milhões em salários atrasados. Sete anos após o confisco o Governo colocou a empresa em “hastá Pública” a fim de se ressarcir, na década de 1980 o grupo Abdalla em sociedade com Sérgio Stéfano Chohfi arremata a Fábrica e as pedreiras. (São Paulo, 1992).

A fábrica funcionou até 1987 de maneira precária, quando se deu sua interrupção definitiva. Neste mesmo ano deu-se o tombamento da Estrada de ferro Perus Pirapora pelo CONDEPHAAT, os operários da fábrica de cimento uniram-se em favor da preservação também do Conjunto Fabril e suas dependências, cerca de 16.770m<sup>2</sup> de área construída.

## **PRESERVAÇÃO**

### **Tombamento 1992**

Em reconhecimento ao bem intangível à memória coletiva, a forma de luta e organização dos trabalhadores enquanto operários e habitantes do espaço, a prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria da Cultura e do CONPRESP decidiu em 1992 pela preservação dos elementos descritos a seguir:

- - Conjunto de edifícios, equipamentos e instalações da área de produção da antiga fábrica, a área da CBCPP e o edifício localizado à Rua Padre Manuel Campello no 182 a sede do Sindicato - Residências operárias da Vila Triângulo
- - Residências de operárias da Vila Portland ou Vila Nova
- - Residências de operárias da Vila Fábrica;
- - Conjunto de residências da antiga administração e assistência médica;
- - Traçado dos caminhos no s 1 a 14 e das ruas Joaquim de Araújo Leite, Joaquim de Carmelo e Ilha Três Irmãos;
- - Traçado atual do Córrego Ajuá.

O Tombamento estabeleceu três níveis de preservação, NP1 preservação integral dos edifícios, NP2 preservam-se apenas características arquitetônicas externas dos edifícios e

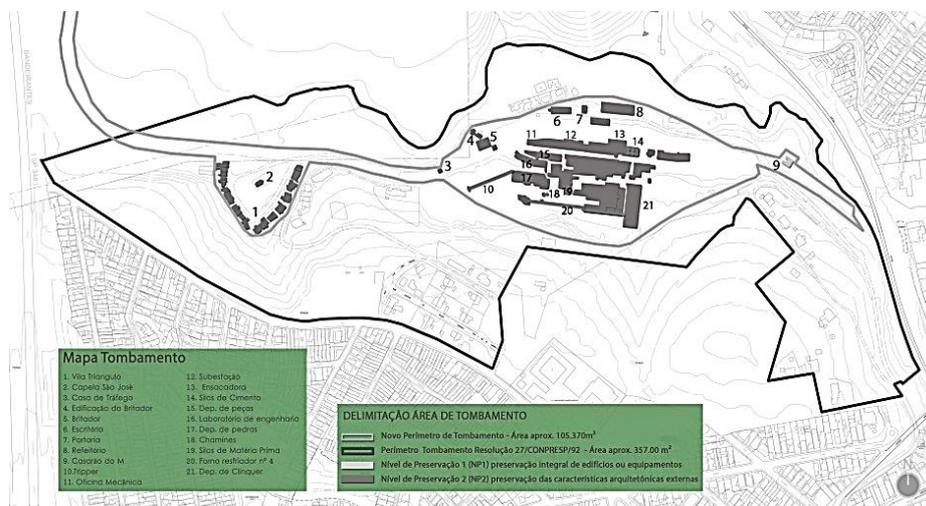
NP3 também se refere a características externas quanto ao ritmo de vãos, proporções, inclinações de cobertura e material. Quanto às diretrizes projetuais são admitidos acréscimos e reutilização da área sem, contudo, descaracterizar o conjunto ou obstruir a visão do mesmo, além de definição de faixa envoltória de vinte metros. (SÃO PAULO, 1992).

### Revisão de Tombamento – 2004

A revisão do tombamento se deu por solicitação da FAJA Desenvolvimento Urbano Ltda., que na ocasião o fazia em parceria com o escritório Ruy Ohtake Arquitetura e Urbanismo. A empresa desenvolveu e apresentou ao órgão de tombamento um conjunto de diretrizes para a área de interesse. Em linhas gerais tratava-se de preservar alguns elementos tidos como principais (capela da Vila Triângulo e Fábrica) e propor novos usos para a edificação da fábrica, além de definir parcelamento do solo e desenvolver viário na área adjacente.

O órgão municipal CONPRESP, se mostrou favorável à revisão do processo. O perímetro de tombamento foi reduzido (figura 1), como níveis de preservação permaneceram apenas NP1 e NP2. As edificações da CBCPP correspondentes ao processo de fabricação do cimento, Vila Triângulo e Capela, o Sindicato e a Estrada de Ferro Perus Pirapora continuaram a ser preservados, a vilas operárias excluídas da revisão foram prontamente demolidas.

Quanto às diretrizes para projetos posteriores a revisão, admite-se pequenos ajustes, acréscimos e obras de revitalização, com a condição de que devem preceder de prospecção arqueológica levantamentos plani-altimétricos e aprovação junto aos órgãos de preservação (CONPRESP e DPH), além de harmonizar e valorizar com o ambiente construído, não obstruindo a visualização dos elementos tidos como referenciais.



**Figura1:** Situação atual do Tombamento: contorno preto perímetro antigo do tombamento e em cinza contorno perímetro atual. Fonte: Patrícia Barbosa

## **DESDOBRAMENTOS DO TERRITÓRIO**

### **Características do Território: inserção**

A Estação de Trem e a Fábrica de Cimento foram dois elementos importantes que desencadearam o desenvolvimento do bairro, o primeiro colocou Perus no contexto Urbano da cidade ao torná-lo acessível, o segundo marcou o início da industrialização no bairro e incentivou o processo de migração e imigração que continuou mesmo após o fechamento da mesma. Atualmente Perus está inserido na Subprefeitura de mesmo nome que também abrange o distrito vizinho o Anhanguera, os dois distritos estão separados por uma área de Preservação ambiental, o parque Anhanguera, maior parque do município.

Ultimo distrito a noroeste da capital paulista, o bairro possui cerca de 90 mil habitantes de acordo com o censo de 2010 em uma área de 23,9km<sup>2</sup>, sua densidade está em torno de 3055 hab/km<sup>2</sup>. Distanto cerca de 30km do marco zero da cidade de São Paulo, a Praça da Sé, o bairro pode ser acessado através do trem (linha 7 Rubi da CPTM) ou ainda através das Rodovias (Anhanguera, Bandeirantes e Rodoanel) que permeiam o distrito.

O distrito tem características corriqueiras de áreas periféricas, a baixa qualidade de vida e a falta de infraestrutura apontam o desenvolvimento tardio, em que a moradia chega antes mesmo do saneamento básico e todo tipo de recurso e auxílio público demora a surgir e na maioria dos casos só ocorre com alguma mobilização popular.

O atual Plano Diretor Estratégico dividiu o perímetro urbano do bairro em duas categorias: a primeira, Macroárea de Estruturação Metropolitana, abrange a parte central do bairro onde se articulam o eixo viário e comercio principal e a estação de trem, a segunda e maior delas como: Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, de acordo como PDE, possui “elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, com baixa oferta de infraestrutura e equipamentos e com predominância de população de baixa renda” (PDE-Municipal, 2014).

O bairro hoje dispõe de poucos postos de trabalho, que estão concentrados nos setores de serviços e comércio local (lojas do varejo, supermercados, bancos). Entretanto, se faz notável a presença do comércio informal e também um número considerável de cooperativas de costura, tais formas de trabalho surgem como alternativa para a geração ou complementação da renda.

Feltran (2011) em seus estudos sobre a periferia paulistana, concluiu que, a “reestruturação produtiva” que se deu a partir de meados dos anos 1980 teve impacto, sobretudo, nas periferias da cidade, provocando transformações na organização familiar e tencionando áreas como religião, consumo e representação política. A conjuntura do bairro

na década de oitenta, era de fechamento da indústria processo de migração e emergência dos movimentos em torno do bem cultural foi nesta época também que o pentecostalismo começou a adentrar no bairro.

Para Telles (2011) tal reestruturação acarretou além do desemprego a “precarização do trabalho e redefinição dos mercados urbanos de trabalho”, pode-se dizer então que, com o desaparecimento quase que total das indústrias na cidade as pessoas passaram a se aventurar em atividades alternadas de trabalho informal, formal e algumas vezes ilícitas, tal transitoriedade é descrita pela autora como “bazar metropolitano”, implicações estas da busca pela sobrevivência. Este cenário descreve o atual momento vivido pelo bairro em que se viu no último ano a proliferação do comércio irregular, na falta de oportunidades formais.

Perus pode ser considerado um bairro dormitório, pois a maior parte dos moradores deslocam-se diariamente para o trabalho fora do distrito, o movimento pendular se dá em dois sentidos. O primeiro deles em direção ao centro, onde a maioria trabalha nos setores de comércio e serviços o segundo se dá em direção à via Anhanguera, pois nela estão instaladas algumas indústrias e numerosos centros de armazenamento e distribuição.

Reclamações do tipo: gasta-se mais energia com os deslocamentos do que com as próprias jornadas são narrativas recorrentes dos trabalhadores, tanto é que da explosão de reivindicações na sessão Câmara no Bairro em agosto de 2015 que se deu no CEU Perus, a questão do trabalho próximo a residência foi por inúmeras vezes citado.

Os moradores lotaram um auditório de 450 lugares, lideranças locais expuseram aos governantes suas petições. Dentre as quais, a criação de uma área industrial no bairro foi defendida por diversos munícipes que alegaram a necessidade de geração de emprego no bairro em detrimento da superlotação do sistema de transporte e dos deslocamentos degradantes, além da transformação da antiga fábrica de cimento em um Centro Cultural. (Sessão Câmara no Bairro 08/08/2015)

Atualmente o bairro tem passado por grandes transformações, o setor imobiliário tem arrendado terrenos para promover a verticalização em algumas áreas, além disso, viu-se nos últimos anos um aumento na instauração de lojas e serviços no bairro. Como consequência percebe-se que o comércio começa a avançar sobre áreas residências, sobretudo nos bairros de Vila Inácio e Vila Perus, alterando sua dinâmica residencial.

Diante das modificações nota-se que permaneceram vivas as memórias relacionadas à Fábrica de Cimento e em especial as que dizem respeito aos Queixadas. As formas de articulação e força dos operários da Cimento Perus, serviram de exemplo na própria comunidade, na busca por melhorias para o bairro.

Foi uma escola muito boa aqui na Perus (a fábrica) que aí a gente tomou consciência dos direitos que a gente tinha e tudo, então começamos a brigar por transporte por saúde [...] nós paramos Perus duas vezes, uma vez foi por causa do lixão, a segunda vez foi porque eles queriam colocar incinerador lá no Pq. Anhangueraquestão de honra né ou nós somos gente, que que nós somos?! (ex- funcionário da CBCPP, conversa informal em 05/08/2015)

### **Lazer Educação e Cultura: Equipamentos públicos e Iniciativas Sociais**

Perus está também no mapa de Vulnerabilidade Juvenil, segundo dados do SEADE, que avaliou na ocasião do estudo, o percentual de jovens na escola, de mães adolescentes e a taxa de mortalidade por homicídio da população masculina, dentre outros fatores. Isto quer dizer que boa parte dos jovens de 14 a 19 anos (faixa etária da pesquisa), tem sua adolescência e ou juventude interrompidas. Com grande parte do bairro considerado uma Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, espera-se a inserção de políticas e equipamentos que revertam tal situação, pois são estas as implicações de tais áreas.

Além do Parque Anhanguera, principal espaço de lazer, o bairro conta também, com um Campo Desportivo Municipal (CDM), um Centro Educacional Unificado (CEU), que recebe grande parte da programação cultural que acontece no bairro, a Biblioteca Padre José de Anchieta e uma Escola Técnica Estadual. Além dos equipamentos de infraestrutura educacional de primeira necessidade as escolas e creches. São estes os equipamentos públicos responsáveis por irradiar lazer e cultura no distrito, notadamente são poucos.

Entretanto quando a iniciativa pública é insuficiente, o censo de cidadania é fortalecido pela atuação de ONGs, movimentos e coletivos, que buscam suprir através de projetos sociais uma demanda, sobretudo de formação cultural. Em geral os projetos são iniciativas de lideranças locais ou estão ligados a instituições religiosas, estes por sua vez atuam em diversas áreas e faixa etárias, são alguns exemplos a Comunidade Cultural Quilombaque, o CCJ Azarias, Fábrica do Conhecimento e Centro Pastoral Santa Fé. Nas bordas da cidade a postura de se apropriar dos espaços públicos também é antiga e ainda resiste, volta e meia às praças são utilizadas para eventos e usos diversos. As ruas, travessas e vilas são com frequência apropriadas pelas crianças e pelo público de mais idade, para brincar, tomar sol, festas, bailes e feiras livre.

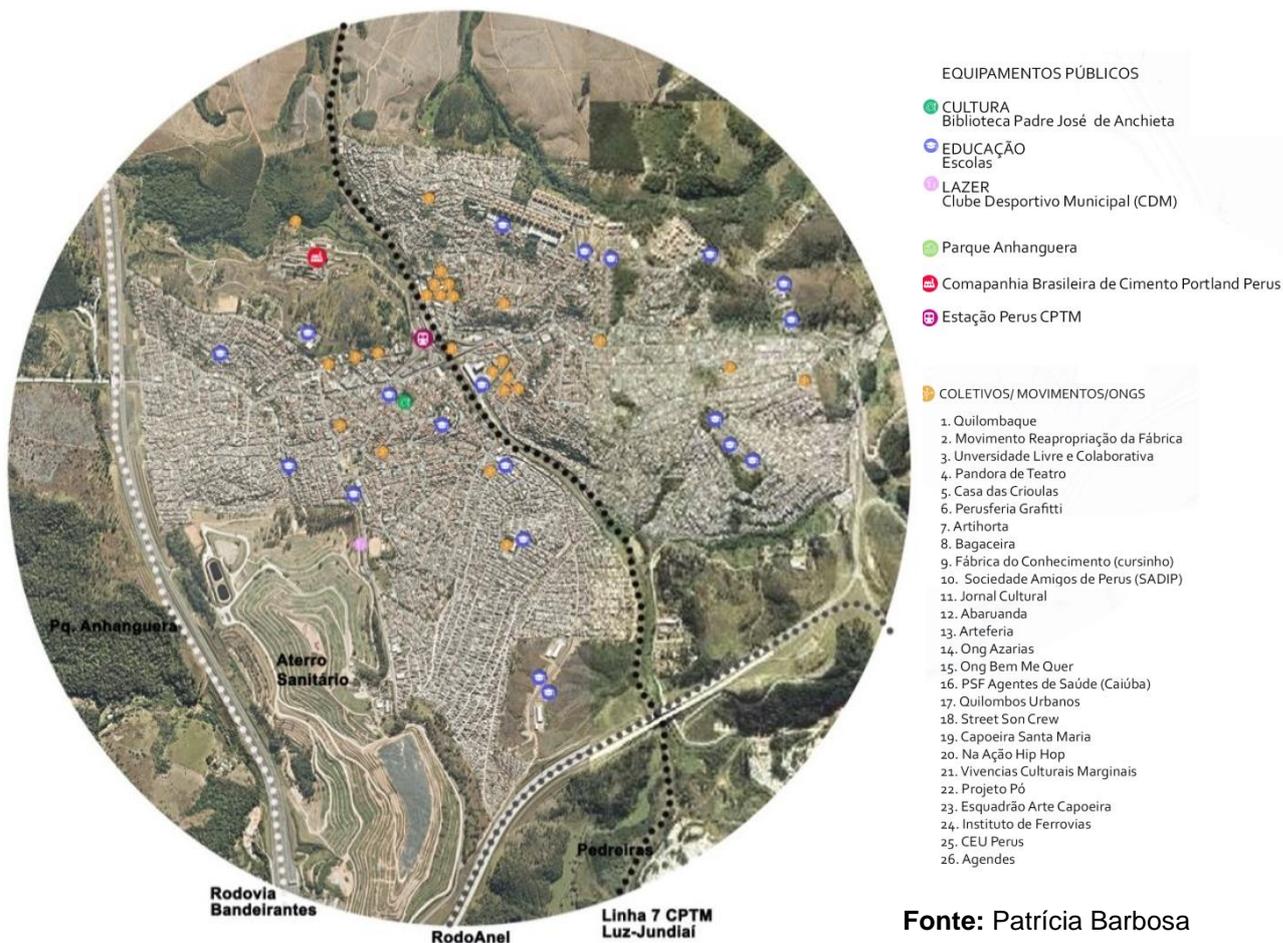


**Figura 2:** cenas cotidianas, crianças na praça durante a noite. Fonte: Patrícia Barbosa



**Figura 3:** cenas cotidianas, pessoas na escadaria da estação. Fonte: Patrícia Barbosa

## MAPA DE EQUIPAMENTOS E PÚBLICOS E COLETIVOS CULTURAIS



### Evolução Demográfica: vetores de expansão

Perus começou a tomar forma nos anos da Indústria do Cimento com a criação das vilas operárias, logo em seguida deu-se início ao loteamento das fazendas da região, uma vez que as vilas operárias não comportavam todos os trabalhadores da Fábrica. As primeiras aglomerações deram origem as Vilas: Hungaresa, Inácio, Operária e Perus, nas décadas de 20 e 30, todas ali ladeando fábrica e estação de trem. (DPH, SÃO PAULO, 1992).

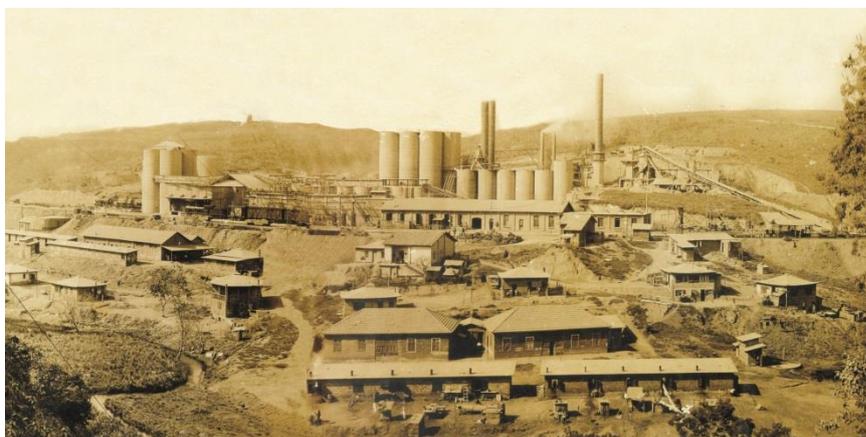
A expansão geográfica pode ser vista na figura abaixo. Na Década de 1960 o relevo acidentado não foi impedimento para as novas Vilas: Caiuba, Flamengo e Malvina, Jardim São Paulo, dos Manacás e do Russo, este ultimo junto com a Vila Inácio sofreu grandes desapropriações em decorrência da construção da Rodovia dos Bandeirantes em meados dos anos 1970. Tais desapropriações deram origem às primeiras moradias informais no bairro. (PELLEGRINI, 2011). Na década de 1970/80 os bairros existentes foram se intensificando, e dando origem a outros é o caso da Vila Nova Perus. Em meados dos anos

1990 surgiram às ocupações formais e informais a sul do distrito, mais precisamente a região onde hoje é o Recanto dos Humildes.

A implantação do Aterro Bandeirantes das Rodovias, Pedreiras e do Parque Anhanguera, restringiu o crescimento do bairro para além de seus limites atuais. Hoje o bairro possui poucas áreas a serem urbanizadas, as remanescentes foram classificadas no plano diretor como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), uma delas é área resultante do [des]tombamento da área da Fábrica de Cimento. A ZEIS podem aumentar a densidade do bairro que é constituído por residências horizontais de autoconstrução, no entanto novos empreendimentos residenciais carecem de implantação planejada e de infraestrutura.

## REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO

### Movimentos Sociais: 1992 as primeiras das articulações



**Figura 5:** Fábrica de Cimento sem data. **Fonte:** Acervo Nelson Camargo

A ideia de um Centro Cultural existia desde meados de 1971 para as imediações da Fábrica. Entretanto, com o fechamento da Cimento Portland Perus em 1987, surgiu de imediato a ideia de transformar o espaço agora disponível em um Centro de Cultura Operária. (JESUS, org. 1992), os operários tão logo da desativação da indústria, deram início as articulações em prol da Fábrica de Cimento em reuniões organizadas na sede do Sindicato, nasciam ali as primeiras ideias e grupos de [re]apropriação da Cimento Perus.

De imediato foi proposto como medida preservacionista o tombamento da Fábrica e de todas as construções ligadas a ela. Entretanto, visionários que eram a Comissão Pró-Centro de Cultura Operária Perus, assim denominados, solicitou além do Tombamento do imóvel a sua desapropriação, paralelo a isso tratou de propor uma função para as instalações da Fábrica alegando que manter a acessibilidade ao Patrimônio seria a melhor maneira de preservá-lo e manter viva a memória coletiva dos que lá viveram.

A proposta referia-se a criação de um Complexo Cultural e Recreativo além de um Centro de Documentação e Pesquisa, para usufruto da população e suporte as atividades diversas do bairro. (Jesus, org. 1992). Pode-se observar na citação a seguir, o engajamento do grupo que já idealizava causas que só foram colocadas em evidência anos mais tarde:

“...Assim, museus da memória da fábrica, do trabalhador e da estrada de ferro, poderiam conviver com espaços para a manifestação popular, a capacitação sindical e profissional, a promoção da mulher e do idoso e a formação da juventude. Outra atividade socialmente relevante diz respeito à instalação de um Centro Municipal de Abastecimento, com venda direta do produtor ao consumidor, constituindo importante fator no custo e na qualidade dos produtos, situação recomendada pela própria localização da área, cortada que é por rodovias e ferrovias” (Memorial Justificativo do Centro de Cultura Operária, 1991, p.9).

João Breno era o presidente do sindicato e operário da fábrica, Mario Carvalho de Jesus era advogado do sindicato. Padre Hamilton Bianchi era Vigário da Paróquia em Cajamar e muito contribuiu com os trabalhadores durante os períodos de greve. Foram estas figuras representativas no engajamento social e político dos operários frente aos embates da Cimento Perus. Entretanto tudo só foi possível devido à adesão mútua de boa parcela dos trabalhadores, os “Queixadas” que confiaram no que lhes estava sendo apresentado e se prontificaram em favor da ação conjunta. (JESUS, 1992).

As lutas da CBCPP ficaram conhecidas pela sua forma de organização, a adoção da “Não Violência” que mais tarde passou a ser chamada: “Firmeza Permanente”. Este modelo de luta consistia em alcançar a justiça por intermédio da verdade e sem fazer uso de violência contra o homem para obter a justiça desejada. Tais conceitos eram embasados nos Evangelhos e nos ideais de Martin Luther king e Mahatma Gandhi. (JESUS, 1992).

### **Continuidade do Movimento: 1992 -2012**

Das medidas iniciadas pelo grupo Pró-Centro de Cultura Operária somente a de Tombamento perdura ainda que precariamente até hoje, as demais petições não foram levadas a diante pelo poder público na época, como veremos a seguir. Em 1992 Paulo Maluf venceu o pleito para prefeito da cidade de São Paulo, entretanto, o grupo que vinha se articulando em prol da Cimento Perus possuía maior facilidade de comunicação com a gestão anterior, na pessoa da prefeita Luiza Erundina, logo, com as mudanças na prefeitura as articulações não se davam com a mesma intensidade.

Neste íterim de 1992 a 2012 entre prefeitos e partidos, diversas atividades relacionadas à Fábrica aconteceram pelo bairro, novas medidas de articulação com o governo se deram apenas em meados de 2004, na gestão Marta Suplicy. O grupo chegou a discutir o Centro Cultural juridicamente, criou-se inclusive um estatuto, porém as medidas também não

foram levadas adiante. Em entrevista para este trabalho Maria Helena Bertolini ativista do movimento, conta sobre a continuidade do movimento após o fechamento da Fábrica:

“As ideias elas vão se concatenando, [...] não tem mais sentido essa monumentalidade como produção, mas ela passa ter um sentido simbólico cultural muito grande. [...] nesse período entre 2011/2012 um grupo de pessoas [...] inicia um projeto chamado café filosófico, esse café filosófico o tema dele central, era discutir a memória do bairro. O primeiro café filosófico foi montado no sindicato, [...] então o primeiro era direito à memória, direito a história do bairro, [...] foi se replicando independente de governo, então eu acho que os movimentos populares aqui de uma forma ou de outra eles sempre estiveram nessa luta do Centro Cultural. (Maria Helena Bertolini, conversa informal em 31/07/2015).

Tudo isso demonstra um empenho em perpetuar a memória coletiva que se criou em torno dos fatos históricos, a história foi transmitida por iniciativa dos atores locais e das escolas da rede pública de ensino. Com o crescimento do bairro e a formação de novos núcleos, sobretudo, em meados dos anos 1990, boa parte da população desconhece a história da Fábrica e a atuação dos educadores na difusão desta história tão característica para a formação de um bairro se faz importante, pois alcança as famílias através dos alunos.

### **O contexto presente: Movimento Pela (Re)apropriação da Fábrica de Cimento**



**Figura 6:** Fábrica de Cimento em 2014. **Fonte:** José Fernando Pires dos Santos

Assim como a firmeza dos Queixadas, permanente “em todo tempo o tempo todo” a aspiração pelo Centro Cultural na Fábrica de Cimento Portland Perus, resiste através dos atores locais. Com alguns momentos de maior efervescência, foram constantes as articulações em favor da efetivação do projeto e desde 1992 a causa foi ganhando novos adeptos e ampliando o escopo, como podemos observar na fala de Maria Helena ao se reportar aos “Três Eixos”, um conjunto de causas defendidas por ativistas do bairro, surgiu após os embates do lixão.

[...] o que a gente colocava sempre como referência? o movimento dos queixadas! [...], a gente já sofreu muito [...] então não tem sentido que a gente não lute por coisas boas p/ bairro, aí foram pensadas três coisas que a gente

ia defender pra sempre, [...], o Parque Anhanguera, preservação, ampliação, manejo; a Ferrovia Perus Pirapora, como patrimônio histórico então a gente queria a reativação; [...] e a Fábrica. (Maria Helena Bertolini, conversa informal em 31/07/2015)

Segundo reportagem do Sampa Criativa, o Movimento pela [re]apropriação da Fábrica de Cimento ganhou este nome em meados de 2013, a intenção era congregar os interesses relacionados a Fábrica em um único grupo. As propostas que se colocam para a transformação das edificações da Fábrica reforçam aquelas inicialmente pensadas pelo grupo “Pró Centro de Cultura Operária Perus”, tais como a implantação de um Centro de Lazer Cultura e Memória do Trabalhador e um Núcleo de Pesquisa, além de uma Universidade livre e Colaborativa colocada pelo grupo atual que salienta a necessidade de todos os equipamentos estarem articulados.

É importante destacar a formação da Universidade Livre e Colaborativa no bairro, que por sua vez tem contribuído para a ampliação e construção do conhecimento não apenas da fábrica, mas do território como veremos a seguir. O projeto surgiu em 2011 a partir de um encontro entre o Núcleo de Estudos da Paisagem (USP), a Comunidade Cultural Quilombaque (Perus) e o Projeto Coruja, desde então a Universidade Livre e Colaborativa vem atuando no bairro junto ao Movimento pela [Re]apropriação da Fábrica de Cimento.

Após participar de reuniões e eventos do Movimento, pode-se precisar alguns dos principais articuladores do grupo junto às esferas públicas, uma espécie de comissão interna é responsável por desenvolver e entregar “petições” aos órgãos públicos. Tal grupo se faz representar por Euler Sandeville, José Queirós, Regina Bortoto, Mario Bortoto, Maria Helena Bertolini, Márcio Bezerra e Sirlei Bertolini. Ressalta-se ainda a participação destes perante as audiências do Novo Plano Diretor Estratégico na Câmara Municipal de São Paulo e também junto ao DPH e da Secretaria da Cultura, onde aproximações cada vez mais frequentes tem acontecido.

O movimento reivindica a desapropriação dos atuais donos para que assim se efetive uma apropriação por parte do poder público e a partir daí aconteça uma espécie de processo participativo onde seriam contempladas as necessidades e demandas do bairro, além de uma gestão compartilhada do novo espaço e a assim a [re]apropriação pela população.

### **Território de Interesse da Cultura e da Paisagem - TICP - Jaraguá Perus**

Segundo Sandeville e Manfré (2014), a elaboração do instrumento deve-se a uma confluência de demandas e trajetórias de dois grupos distintos, o Movimento Cine Belas Artes e a Universidade Livre e Colaborativa que passaram a dialogar no final das audiências de revisão do Plano Diretor Estratégico. O primeiro grupo propunha um Corredor Cultural partindo da Av. Paulista em direção ao Centro da cidade pela Consolação, com o intuito de

salvaguardar da especulação imobiliária os equipamentos culturais, além de estimular a produção local. O segundo grupo propunha a criação de Áreas de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem (AEICP), cinco áreas significativas para o município com o objetivo de incentivar o desenvolvimento local por meio da cultura, do meio ambiente, da percepção do urbano e do usufruto de seu patrimônio, além de, possibilitar gestão democrática.

Inicia-se então um processo de troca e em conformidade os dois grupos apresentam um único texto a relatoria do Plano Diretor Estratégico na Câmara que por sua vez o acolhe, e sugere a este instrumento a denominação Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), incluído na última versão do PDE, que reconheceu dois Territórios o TICP Paulista/Luz e o TICP Jaraguá/Perus.

O TICP é um instrumento que organiza parcelas da cidade em territórios que congreguem características peculiares, aquelas de interesse da cultura e da paisagem, que são também importantes para memória da cidade.

[...] Áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público. (São Paulo, PDE, 2014, p.139).

A criação dos TICPs tem como objetivo principal a construção da cidade para além do potencial construtivo e econômico, considera-se em primeiro plano seu potencial cultural, trata-se de valorizar, ampliar e estimular a cultura, a educação, a memória, o patrimônio natural e cultural, em favor do desenvolvimento, além disso, os TICPs propõem gestão democrática e participativa.

No Plano Diretor também são colocados os meios pelos quais serão atingidos os objetivos, dentre eles: a recuperação de bens culturais, qualificação dos espaços públicos e áreas abandonadas, criação de circuitos culturais, produção de atividades escolares com alusão ao meio ambiente local, formação de agentes comunitários e o estímulo a grupos culturais independentes, cooperativas e pequenos produtores culturais, para citar alguns.

As iniciativas podem ser em parcerias com organizações pública, privada, ongs, e instituições de fomento. Estimulados pelo poder público, os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem podem receber concessões fiscais, isenção de taxas municipais e simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento, além de enquadramento pelo Ministério da Cultura como perímetro prioritário para receber investimentos federais de incentivo à cultura.

Retornando ao objeto deste trabalho, as movimentações que antes giravam em torno principalmente da Fábrica de Cimento, da Ferrovia Perus Pirapora e do Parque Anhanguera, agora ganham um sentido maior ao passo em que se amplia o pensamento, ultrapassando os limites do bairro na construção de um território que se interliga pelos seus bens culturais. Assim fez-se o Território de interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus, que reúne os elementos já citados, além da Aldeia Indígena (Jaraguá) as cavas de extração de ouro do século XVII (Anhanguera) e o Parque Estadual do Jaraguá, distrito vizinho de Perus, conformando o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus contemplado no PDE de 2014.

## **CONCLUSÕES**

O patrimônio sacralizado é a matéria, mas o que memória traz à tona permeia: a dureza do patrão e a perseverança dos Queixadas, a greve de fome no pátio do colégio e os bailes no Caramanchão, os sete anos de greve e a vitórias dos estáveis, se o concreto é resistência, Queixadas é duas vezes resistência é Firmeza e é Permanência.

Tem-se então que um não se daria sem o outro, de acordo com Meneses (2009) “todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”. Nessa mistura de vivências o que se viu foi o material e imaterial fundindo-se na construção de uma história indissociável, que transcendeu gerações e influenciou suas praticas.

Ao analisar o território através de observações in loco e das pesquisas em fontes primárias e secundárias, constatou-se a defasagem de espaços culturais diante da efervescência cultural, entretanto, percebeu-se que existem muitos agentes locais e coletivos atuando na tentativa de minimizar tal insuficiência, ainda sim percebeu-se que muitas das atividades são desenvolvidas em espaços públicos como acontece com as praças ou associadas aos equipamentos como é o caso do CEU e da Biblioteca local. Quanto às demandas da população local destacam-se as mais diversas que perpassam questões de mobilidade, saúde, emprego e principalmente moradia.

Diante de tantas necessidades, colocar para a população que questões de cultura são também importantes para o desenvolvimento humano torna-se um desafio, que fica ainda maior quando tal população é relativamente recente e não detém suas raízes no território, evidenciando o problema colocado por Varine (2012) como o maior desafio em “fazer com que o conjunto de elementos do patrimônio seja reconhecido pelos habitantes do território como os representando, sendo-lhes familiar”.

Contudo a ação do homem no tempo e no espaço, a história que aqui foi contada não teve seu desfecho, encontra-se em uma etapa e momento oportuno onde à fruição pública

dos espaços tem ganhado força, se como afirma Harvey (2014, p.29), sobre os processos de urbanização em que ao longo da história “fomos feitos e refeitos várias vezes, sem saber como ou por que”, o momento agora é de dizer o que e para quem, reivindicando o direito a cidade, o direito coletivo de intervir na produção do espaço.

Tais constatações foram feitas ao se aproximar dos Movimentos Culturais locais, sobretudo do grupo que se articula em prol do bem cultural que, tem demonstrado um protagonismo perante o poder público em defesa de um desenvolvimento sustentável, considerando o território como um todo e não mais, apenas o Patrimônio de interesse. Vê-se a partir das questões postas o desenvolvimento local como assunto de atores locais (Varine, 2012), entretanto tratando-se de um bem privado em que pesam interesses divergentes e conflitantes o desenrolar da história vai se alongando enquanto o patrimônio se deteriora e o desenvolvimento segue morosamente.

## REFERÊNCIAS

FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas nas periferias, In: KOWARICK, Lúcio e Marques,(orgs.). *São Paulo novos percursos e atores*. São Paulo, Ed. 34, 2011 pp. 347-373.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

JESUS, Mário Carvalho de (org.). *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo, JMJ, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: Iphan, 2009.

PELLEGRINI, Andréa Lúcia Torres Amorim. *Trabalho, moradia, saúde e cultura: entrelaçando relações: uma experiência em pesquisa-ação a partir do PSF Recanto dos Humildes, Perus*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - UNIFESP, São Paulo, 2011.

SANDEVILLE JR., Euler; MANFRÉ, Eliane. *Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano*,2015. Disponível em:<<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>> Acesso em: 14 de set. 2015.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. *Processo de Tombamento 1992-0.009.268-3, resolução nº 27/92*. São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Processo de Tombamento 2004-0.094.059-7 resolução nº 19/04*. São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*.2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - UNESP, São Paulo, 2001.

TELLES, Vera da Silva; Hirata, Daniel. Cidade e práticas urbanas. In: KOWARICK, Lúcio e Marques, Eduardo (orgs.). *São Paulo novos percursos e atores*. São Paulo, Ed. 34, 2011 pp. 375-393.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

**CONTATOS:** [bmpatriciabm@gmail.com](mailto:bmpatriciabm@gmail.com) e [voliaregina.kato@mackenzie.br](mailto:voliaregina.kato@mackenzie.br)